



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALICE CONCEIÇÃO CABRAL FRANCISCO

**A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL NO CAPS AD: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA
INSTITUIÇÃO GREGORIO DE MATOS EM SALVADOR -BAHIA**

Salvador
2017

ALICE CONCEIÇÃO CABRAL FRANCISCO

**A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO PROFISSIONAL DO
SERVIÇO SOCIAL NO CAPS AD: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA
INSTITUIÇÃO GREGÓRIO DE MATOS EM SALVADOR -BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Ana Claudia C. Mendonça Semêdo

Salvador
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Mara Elma e ao meu pai Raimundo José, por serem as dádivas da minha vida. Por terem me apoiado e me dado forças para perseverar diante das dificuldades existentes nessa etapa de formação, que não está se concluindo e sim, apenas começando.

Agradeço as minha amigas e colegas da universidade, por terem tornado esses cinco anos de formação cômicos, e por torcerem por mim e me apoiarem no decorrer da universidade.

Agradeço a minha orientadora Ana Claudia, por gentilmente ter me ajudado na elaboração desse trabalho, me dando de forma coerente e ética todo suporte necessário durante meu processo de construção.

Agradeço a todas docentes que contribuíram em meu processo de graduação, por terem dividido comigo saberes que me guiarão nos próximos anos de minha vida.

FRANCISCO, A. C. C. **A Instrumentalidade no Trabalho do Serviço no CAPs AD: um relato de experiência na instituição Gregório de Matos Salvador-Bahia.** 2017. 44 f. Monografia (graduação) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo discutir sobre a instrumentalidade no trabalho profissional do Serviço Social, inserido em uma instituição que promove o cuidado e o acompanhamento das pessoas usuárias/dependentes de substâncias psicoativas, o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas Gregório de Matos, localizado na cidade de Salvador- Bahia. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, a partir da técnica da observação participante, desenvolvida no estágio supervisionado obrigatório no curso de Serviço Social cujo processo de reflexão foi decorrente de uma articulação entre dados empíricos com dados teóricos. Como principal base teórica do trabalho, em primeiro instante, foi realizado um estudo sobre o material desenvolvido por Yolanda Guerra em seu livro “A instrumentalidade do Serviço Social”(2009), autora responsável por colocar em debate a importância de se debruçar sobre a instrumentalidade, caracterizada como um elemento constitutivo do trabalho profissional. Portanto, foi possível compreender, através deste estudo, que o trabalho profissional do Serviço Social da Instituição supracitada possui uma instrumentalidade pautada por uma racionalidade crítico-dialética que busca desenvolver estratégias coerentes com as demandas postas em seu cotidiano, com ações permeadas pela reflexão crítica. Entretanto, o desenvolvimento do trabalho profissional se esbarra em condições objetivas que permeiam seu campo institucional, e que portanto limitam e burocratizam suas possibilidades de respostas, o que compromete a possibilidade de concretização do projeto ético-político profissional.

Palavras chaves: Instrumentalidade; Serviço Social; Trabalho profissional; Reflexão- Crítica; Campo institucional;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA CATEGORIA EM ESTUDO.	8
2.1.	O TRABALHO E SEU SIGNIFICADO ONTOLÓGICO: ELEMENTOS CONDICIONANTES PARA ENTENDER O CONCEITO DE INSTRUMENTALIDADE.....	9
2.2.	NOTAS SOBRE A RACIONALIDADE FORMAL-ABSTRATA E CRÍTICO-DIALÉTICA	13
2.3.	O TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: ENTRE HERANÇAS E RUPTURAS.....	21
3	A EXPERIÊNCIA EM MOVIMENTO: A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO PROFISSIONAL NO CAPS AD GREGÓRIO DE MATOS	29
3.1.	O PERCURSO METODOLÓGICO	30
3.2.	DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA UM TRABALHO PROFISSIONAL NO ESTADO NEOLIBERAL.....	35
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O estudo a ser apresentado se constitui como um trabalho de conclusão de curso para a obtenção do bacharelado em Serviço Social, pela Universidade Federal da Bahia. O seguinte trabalho irá apresentar um debate sobre a instrumentalidade no trabalho do Serviço Social, inserido em uma instituição que promove o cuidado terapêutico às pessoas usuárias/dependentes de substâncias psicoativas, no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas Gregório de Matos, localizada na cidade de Salvador- Bahia. O horizonte dessa Instituição se apresenta enquanto esforço de atender as manifestações da questão social a partir do cotidiano vivenciado pelos usuários, em consonância com o que nos esclarece Iamamoto (2010):

Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que a produzem e como são experimentados pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações quotidianas. (IAMAMOTO, 2010, p. 62).

Partindo da contextualização proposta por Iamamoto (2010), o Serviço Social é uma profissão socialmente construída na sociedade brasileira que busca a reafirmação dos direitos sociais dos trabalhadores, inserido no conjunto de políticas sociais condutoras da cidadania social frente aos ditames do sistema capitalista no Brasil. Nesse cenário, a questão social se apresenta como o objeto de trabalho da assistente social, compreendendo seu significado não apenas com a desigualdade social entre ricos e pobres, mas enquanto todas as mazelas que se expressam como resultantes da relação de poder e dominação exercida no sistema capitalista.

Nesse sentido, os profissionais inseridos no centro de atenção psicossocial, voltados para o atendimento de usuários que fazem uso de substâncias psicoativas (CASP AD), têm como objeto de trabalho as expressões que estão dadas em seus quotidianos; estes que oferecem atendimento a indivíduos que são vistos pela sociedade e pelo sistema de produção como pessoas que não contribuem para a construção do corpo social capitalista.

Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CASP AD), segundo o Ministério da Saúde, têm por finalidade oferecer serviços específicos para cuidado e atenção integral (continuada) às pessoas dependentes do álcool e outras drogas, desenvolvendo um processo terapêutico na perspectiva de redução de danos e dos riscos associados ao uso de substâncias psicoativas. Dessa forma, possibilita ao sujeito trabalhar seu processo de adoecimento, reafirmando sua inserção na sociedade, buscando romper com estereótipos estabelecidos nas relações que só veem o uso da droga como característica principal do

indivíduo.

Compreendendo que existem várias formas de pesquisar a realidade na qual o Serviço Social está inserido, "considerando que a matéria-prima da intervenção profissional é composta por múltiplas determinações, heterogêneas e contraditórias" (GUERRA, 2009, p. 157), entende-se que o melhor modo de elaborar estratégias que deem respostas às demandas institucionais é através do método de investigação, uma vez que este possibilita a realização de ações profissionais críticas, para além da imediatividade e do pragmatismo. Para tanto, é realizando investigações e construindo mediações acerca das práticas de intervenção e do respectivo público para o qual essas são direcionadas, que o profissional do Serviço Social entenderá como elaborar seus instrumentos de intervenção em direção ao projeto ético-político da profissão.

Compreendendo a necessidade de promover uma reflexão sobre o trabalho profissional do Serviço Social desenvolvido na política de saúde mental, assim como a necessidade de entender o processo de elaboração de suas ações profissionais diante das necessidades dos usuários acolhidos nesses serviços de promoção à saúde, esta pesquisa coloca em debate a realidade vivenciada por estes profissionais nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas – CAPS em Salvador.

Dessa forma, tendo como perspectiva estudar a instrumentalidade no trabalho do Serviço Social na realidade dinâmica da área de saúde mental em um serviço de CAPs AD, propõe-se refletir acerca das expressões da questão social na dinâmica do trabalho institucional que entrelaçam o cotidiano e as articulações desse profissional.

Para tanto, o presente trabalho busca conhecer as características da instituição no qual se desenvolve o trabalho profissional, assim como identificar como se constituem as relações de poder e os processos decisórios que condicionam o trabalho do Serviço Social. Assim, diante disso, serão apresentadas e analisadas as atividades desenvolvidas pelo trabalho do Serviço Social na unidade CAPs AD em estudo, e com isso mapear as respostas profissionais construídas no desenvolvimento do trabalho profissional.

Com tal escopo de estudo, será realizada uma investigação para compreender como as políticas sociais subsidiam a prática profissional, buscando compreender como diante delas o Serviço Social direciona sua instrumentalidade no processo de decisão, e na condução das análises das demandas colocadas pela instituição e por seus usuários. Nesses termos, debater sobre a instrumentalidade no trabalho do Serviço Social, é buscar compreender como essa categoria profissional se posiciona diante das condições objetivas, inerentes à sociedade

capitalista.

No que se refere ao desenho metodológico, este trabalho está consubstanciado numa pesquisa qualitativa cujos dados foram coletados através de uma observação participante, realizada diante da experiência de estágio supervisionado obrigatório em um CAPs Ad, em Salvador –Bahia, no qual foi realizado uma articulação entre os dados empíricos coletados com os dados teóricos que embasam toda a estrutura da pesquisa.

O seguinte trabalho foi dividido em dois capítulos principais com objetivo de dar uma fluidez sobre os principais pontos a serem debatidos. O primeiro capítulo tem como objetivo aproximar o leitor dos estudos sobre a instrumentalidade no trabalho do Serviço Social, a partir de uma breve análise do livro de Yolanda Guerra “A instrumentalidade do Serviço Social”. Esse capítulo está dividido em três subtópicos: de forma introdutória, é apresentada a ontologia do trabalho e seu caráter teleológico. Em seguida, construiu-se uma reflexão acerca do debate sobre a racionalidade formal-abstrata e a crítico-dialética, e por último, o discurso realizado por Guerra (2009) sobre a instrumentalidade, sendo ela constituinte do trabalho, o mesmo que constitui o indivíduo social que possui uma capacidade teleológica, e que dá há ele a possibilidade de escolha. O segundo capítulo discorre sobre a estrutura da pesquisa, está dividido em dois subtópicos, o primeiro é o percurso metodológico que discorre como a pesquisa está elaborada, e realiza uma breve apresentação da instituição, da política de saúde mental e como se desenvolve o trabalho nesses serviços. O segundo subtópico apresenta a articulação entre os dados empíricos e as bases teóricas que explicam como se apresenta a instrumentalidade no trabalho do Serviço Social no CAPs AD estudado. Diante disso, foi realizada uma análise sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do trabalho profissional do Serviço Social para refletir criticamente acerca da sua respectiva instrumentalidade.

2 A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: UMA CATEGORIA EM ESTUDO.

Este capítulo tem como objetivo discutir a instrumentalidade no trabalho do Serviço Social, analisando as contribuições de Yolanda Guerra (2009) em seu livro “A instrumentalidade do Serviço Social”, por compreender a importância desse tema na formação profissional e as possibilidades do desenvolvimento de um Serviço Social pautado numa perspectiva crítica, consubstanciado no projeto ético-político profissional. Partindo disso, torna-se necessário aproximar o leitor das ideias anteriores a esse debate que evidenciam como o tema era abordado historicamente, bem como o contexto atual desse campo de

pesquisa no âmbito do Serviço Social.

Nesse sentido, o capítulo foi organizado em três subtópicos que permitem: primeiro, a reflexão acerca do significado ontológico e teleológico do trabalho, possibilitando a compreensão das categorias essenciais e indispensáveis para elucidar o conceito da instrumentalidade; num segundo momento, discutiu-se sobre o que se entende pelas racionalidades formal-abstrata e crítico-dialética com objetivo de explicar, sumariamente - dada a natureza deste trabalho, como tais razões se expressaram na história do Serviço Social.

No primeiro momento, será apresentada uma breve passagem sobre o significado ontológico do trabalho e qual a sua relevância para a constituição do homem; em seguida há um debate sobre a racionalidade forma-abstrata, como esse paradigma se constitui na sociedade capitalista, assim como será realizada uma reflexão sobre a racionalidade crítica dialética e a respectiva capacidade de proporcionar o entendimento do real; em último instante, com todas as contribuições anteriores esclarecidas, voltaremos a atenção para a instrumentalidade e seu significado no trabalho do serviço social.

2.1. O TRABALHO E SEU SIGNIFICADO ONTOLÓGICO: ELEMENTOS CONDICIONANTES PARA ENTENDER O CONCEITO DE INSTRUMENTALIDADE

Esse tópico tem como objetivo realizar uma análise sobre a categoria trabalho, e, de forma singela, debruçaremos sobre o seu caráter ontológico e teleológico, para situar o leitor que é no seio dessa discussão teórica que é possível a compreensão acerca da instrumentalidade no trabalho profissional do Serviço Social.

Conforme elucida Antunes (2013), o trabalho já possui em sua forma de ser, ou seja, em sua natureza, um caráter social, pois sua origem parte da relação entre o homem e a natureza, dessa forma “as suas propriedades e modos de efetivar-se, desenvolveram-se somente no ser social já constituído” (ANTUNES, 2013, p. 136). Partindo dessa análise, o autor coloca que mesmo a sociedade, as relações sociais, ou se for analisar a própria história dos homens, são elementos que requerem uma reflexão simultânea sobre o trabalho, pois têm como origem o próprio ato laborativo. Dessa forma, “o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social” (ANTUNES, 2013, p. 136).

Dando continuidade ao pensamento, Junior e Lara (2015) elucida que há uma relação de coexistência entre o homem e a natureza, pois é incabível pensar o homem “como “ser”

atomizado, descolado da materialidade da vida” (JUNIOR; LARA, 2015, p.22), ou seja, a natureza para esse ser é a sua base ontológica, no qual mediado pelo trabalho, o homem desenvolve sua potência, portanto o trabalho o determina como ser social. Com isso, Junior e Lara (2015) declaram que:

No contexto dessa relação homem-natureza, Lukács é esclarecedor ao afirmar que não é possível conceber o ser social com um elemento deslocado da materialidade da vida inorgânica, dado seu primado ontológico, concreto, que, por sua vez, é base da constituição da sociabilidade. Evidentemente as esferas constitutivas desse ser social não se fundam apenas nas bases inorgânicas, elas se constituem como um complexo, posto em constante movimento, mediado pela esfera orgânica e social (JUNIOR; LARA, 2015, p. 22)

Antunes (2013) argumenta que para compreender a essência do trabalho, é preciso compreendê-lo como “momento de surgimento do *pôr teleológico* quanto à protoforma da práxis social” (ANTUNES, 2013, p. 136). Dando continuidade, autor discorre que o *pôr teleológico* é uma capacidade que o ser social (homem) tem em sua consciência, essa que é potencializadora e criadora do trabalho, portanto, é através *pôr teleológico* que o homem “pode imprimir ao objeto a forma que melhor lhe prover, algo que é teologicamente concebido” (ANTUNES, 2013, p. 136).

Junior e Lara (2015), a partir da análise de Marx, analisam essa capacidade teleológica, como o meio com o qual o homem direciona suas finalidades ao seu trabalho, portanto uma “construção mental antecipada na mesma consciência que a materializa por meio do intercâmbio homem-natureza” (JUNIOR; LARA, 2015, p. 22).

Seguindo a mesma análise, Antunes (2013) constrói, através das bases teóricas de Lukács, uma colocação sobre a teleologia e a causalidade, expondo que “a teleologia está presente na própria colocação de finalidades” e a “causalidade é dada pela materialidade fundante (...) ainda que tendo como elemento desencadeador um ato teleológico” (ANTUNES, 2013, p. 137). O que o autor quer esclarecer sobre relação entre causalidade e teleologia, é que ambas possuem sua essência gerada por uma ação de idealidade posta, ou seja, que “um fim previamente ideado transforma a realidade material, introduzindo-lhe algo qualitativo e radicalmente novo em relação à natureza” (ANTUNES, 2013, p. 137-138). O que é possível afirmar que a busca por finalidades ou a própria finalidade do trabalho é resultado de uma necessidade humana e social, porém é necessário ressaltar para que suas necessidades sejam supridas, é necessário ao homem o conhecimento dos meios, caso ao contrario “a posição de finalidade permanece como um projeto utópico, uma espécie de sonho” (LUKÁCS, apud ANTUNES, 2013, p. 137).

Desta forma, segundo Guerra (2009) é:

Por se constituir na objetivação fundamental do ser social, o trabalho incorpora atividades que possibilitam ao homem produzir-se e reproduzir-se como ser prático-social. Porém, há mais: o princípio da atividade, subjacente ao trabalho humano, porta a capacidade de projetar, escolher, antecipar, modificar, donde se irradiam as possibilidades de os sujeitos exercerem sua liberdade e ascenderem à racionalidade. (GUERRA, 2009, p. 188)

Partindo dessa análise, Antunes (2013) coloca que o trabalho não é uma apenas uma ação de decisão, e sim um processo, o qual está sempre em busca de novas possibilidades. O importante a elucidar, é que o homem sendo ele o portador da capacidade de trabalho, assim como dependente e fruto dele, porta em si uma capacidade racional (consciência), distinta dos outros seres, capacidade que dá ao ser social uma possibilidade de escolha, “tem-se aqui, portanto, a gênese ontológica da liberdade” (ANTUNES, 2013, p. 138). De acordo com o autor sobre a análise de Lukács, é na ontologia do trabalho que a liberdade tem sua origem, pois é no processo teleológico que a consciência do homem decide diante de muitas possibilidades concretas, assim “a liberdade é, em última instância, um desejo de alterar a realidade” (ANTUNES, 2013, p. 144).

Junior e Lara (2015:22) colocam que o trabalho não deve apenas ser entendido como uma categoria ontológica reduzida apenas no ato de modificação da natureza, pois o mesmo têm aspectos socialmente estabelecidos, desta forma “o trabalho necessita ser apreendido a partir da sua função social de caráter coletivo, pois as necessidades de outros indivíduos fazem com que o trabalho apresente sua finalidade social, de caráter coletivo” (JUNIOR; LARA, 2015, p. 22). Os autores, nesses termos, aqui se refere à função do trabalho para o capital, evidenciando a importância de concebê-lo como constituinte do próprio sistema.

Antunes (2013:145) discorre que o trabalho deve ser compreendido como o propulsor da práxis social, sendo essa mediação que possibilita a passagem ontológica entre o ser primário ao ser que transforma em social.

Segundo a reflexão de Guerra (2009):

Se, por um lado, a dimensão teleológica, constituinte e constitutiva do ser social, possibilita ao homem desenvolver o seu caráter crítico transformador, por outro, encontra seus limites nas condições materiais e objetivas da realidade sob as quais o trabalho se desenvolve (GUERRA, 2009, p.102).

Com a evolução da capacidade teleológica do trabalho, ou seja, do avanço criador e consciente do seu agir humano, o trabalho configura-se como “referencial ontológico fundante da práxis social” (ANTUNES, 2013, p. 139). Desta forma, paralelamente, com as formas mais desenvolvidas da práxis social, o homem desenvolve relações com outros seres

sociais, é a partir desse contato que “emerge aqui a práxis social interativa, cujo objetivo social é convencer outros seres sociais a realizar determinado ato teleológico” (ANTUNES, 2013, p. 139). Na passagem anterior da autora Guerra (2009), há um destaque sobre determinadas limitações na possibilidade crítica transformadora do homem, mediante a práxis social e suas modificações ao longo do tempo, o sentido do trabalho se modifica, ele ainda é constituidor do homem social, porém sua finalidade não é mais subjetiva ao indivíduo e sim uma necessidade social. O trabalho na sociedade capitalista, atende a necessidades de manutenção da hegemonia dessa sociedade, a teleologia inerente ao trabalho se torna limitada diante da necessidade do homem de vender sua força de trabalho.

Segundo Junior e Lara (2015):

No capitalismo, aquilo que é produzido pelo trabalhador na esfera privada torna-se social a partir das necessidades coletivas, constituindo os laços sociais entre os indivíduos, os quais estão mediatizados pela mercadoria que produzem, adquirindo um significado monetário, financeiro, ou seja, de um valor socialmente determinado (JUNIOR; LARA, 2015, p. 23).

Segundo os autores, nas transformações sociais e a inserção de uma lógica de valor de troca decorrente da sociabilidade burguesa (do sistema capitalista), o trabalho se tornou uma mercadoria, mediante o profundo processo de aquisição da força de trabalho, “o capitalismo desfigurou a relação entre homem e trabalho” (JUNIOR; LARA, 2015, p.23). Os autores declaram que tais mudanças no desenvolver do trabalho humano causa um desconhecimento, ou até mesmo um estranhamento sobre o produto que o homem deposita seu potencial transformador. Dessa forma “o trabalho na sociedade capitalista antagonizasse pela inversão no processo” (JUNIOR; LARA, 2015, p. 23), no qual o objeto para reprodução do capitalismo é o homem, e sua mercadoria se torna distinta a ele. De acordo como elucida Junior e Lara (2015):

A dominação do homem pelo objeto criado por ele mesmo associa-se a elementos de ordem objetiva, como a exploração, por exemplo, mas se intensifica pela via do mecanismo ideológico da ordem burguesa e do acirramento das contradições dadas pelas crescentes taxas de superexploração do capital pelo trabalho, revelando o caráter alienante dos mecanismos ideológicos da sociedade que o engendra (JUNIOR; LARA, 2015, p. 23).

Desta forma, é possível afirmar que o acirramento das contradições inerentes ao sistema de exploração do capital, expressa o caráter alienante dos elementos que constituem a sociedade burguesa. Concluindo essa breve análise sobre o trabalho, é possível afirmar, portanto, que o trabalho é a atividade criativa inerente ao homem, e que, através das mediações existentes no processo de objetivação de sua capacidade teleológica, constrói-se

como ser e ser social. Diante da compreensão de que o homem porta em si uma capacidade teleológica, que dá sentido as suas ações, ao longo da história, o homem buscou compreender o real papel e a potência de tal elemento, que o diferencia dos demais seres. Assim, com o decorrer do tempo se apropriou dessa capacidade humana para dominar e submeter seus semelhantes, à sua exploração.

2.2. NOTAS SOBRE A RACIONALIDADE FORMAL-ABSTRATA E CRÍTICO-DIALÉTICA

Segundo Guerra (2009:41), no que tange ao estudo da razão na história, compreende-se que essa discussão é sobre a liberdade ou processo de liberdade do homem que, em busca de resposta sobre o mundo e seu papel neste grande e complexo território, ao longo do tempo, procurou formular a história, e, com isso, recriar-se nesse decurso.

De acordo com Guerra (2009:41), foi através do estudo sobre a razão, sobre o que é a razão para o homem, que o mesmo se libertou das premissas religiosas que fundamentavam a razão divina, modalidade a qual tornava o ser humano fruto e escravo de algo que precedia a sua existência. A autora elucidava que é com esse sentido que a razão é posta para o homem como horizonte e limite, assim como algo que repercute nas decisões humanas e em suas relações sociais. Com isso, segundo a autora, essas são as características da razão estudada no seio da era moderna, expressando-se como “(...) a capacidade de explicar os processos que constituem e são constitutivos e constituintes da estrutura social, iluminando suas condições e possibilidade de autonomia” (GUERRA, 2009, p. 41).

Conforme elucidava Guerra (2009), de acordo com a maneira de se apreender a razão, ela por si só é determinante, não determinante da realidade, mas sim da forma de como o homem apreende ou compreende o real. Dessa forma, a razão é o elo entre o homem que busca conhecer algo e o objeto a ser conhecido, com isso o homem tem a possibilidade de processar pelo pensamento a realidade.

De acordo com Guerra (2009):

O conhecimento pela via da razão opõe-se ao conhecimento imediato; pressupõe a síntese de elementos contraditórios, uma relação de continuidades e rupturas, mas que mantém um núcleo imanente, sua essência ou substância. (GUERRA, 2009, p. 44).

Por Guerra (2009, p. 44), enquanto propriedade da razão, a racionalidade está relacionada ao modo de concebê-la, dessa forma, tem na razão, o seu fundamento de

determinação: as várias possibilidades de conceber e de interpretar a realidade. Na modernidade, houve duas formas hegemônicas de compreender a razão: uma é proveniente do sistema ético-filosófico desenvolvido por Kant, e a outra foi originária da filosofia especulativa de Hegel. Para compreender a racionalidade que permeia a sociedade capitalista, bem como o referencial teórico formal-abstrato que está inserido na lógica de manutenção das desigualdades existentes no universo do lucro, é necessário se debater essas ordens de razões.

De acordo com Guerra (2009), a primeira concepção da razão que gera ou tenta dá a razão uma face reducionista, encontra-se nas análises kantianas. Kant desenvolve seu estudo dentro dos debates da epistemologia, e a compreende como a ciência que contém os princípios do conhecimento. Nessa perspectiva, formula e articula conceitos e ideias para elaborar conclusões de acordo com os princípios lógicos. Com isso, Kant se preocupa em demonstrar que há um tipo de conhecimento, este que não parte de um juízo puro (sem singularidade), mas sim fruto das experiências. Para Kant, o conhecimento é fruto das experiências do homem em seu exercício do viver, há conhecimentos que já estão dados na dinâmica da vida.

Dessa forma, para tal filósofo, segundo Guerra (2009), há uma diferença entre o que é o entendimento e a razão. Para ele, a ação de entender é uma atitude espontânea da mente e a razão é o que organiza todas as apreensões espontâneas e as transformam em formas. A razão, para Kant, é o que determina a vontade humana, e, por isso, é apresentada por ele como a moral, sendo o homem fruto desse movimento de construção da razão. O que se evidencia em Kant é que a razão possui um caráter prático-moral, pois é a partir dela que os sujeitos prescrevem os deveres dos homens como suas possibilidades de liberdade, estas que ocorrem quando há a racionalidade, conforme elucida a autora: “Os homens possuem uma natureza moral e, portanto, racional. A razão em Kant é moral e a moral é racional” (Guerra, 2009, p. 49).

De outro modo, e com outra perspectiva - aqui referida de forma muito sintética para fins de reflexão sobre a discussão da autora acerca das racionalidades na era moderna -, encaminham-se as bases teóricas de Hegel que, segundo Guerra (2009), compreendem duas razões distintas: uma é a razão de ser, e a outra é razão de pensar, essas que são referentes à subjetividade e objetividade da razão. Contrapondo Kant, Hegel parte da compreensão da filosofia especulativa. Nesse sentido, há dois níveis do conhecimento, um se compreende como fruto da opinião (subjetividade) e o outro do pensamento especulativo, composto pela razão dialética. Portanto, sua análise se preocupa com aquilo que torna a existência dos fatos, fenômenos e relações possíveis, como o vir-a-ser das coisas, da realidade, como o homem

compreende mundo. “A razão funciona no sentido de apreender a unidade dos opostos, num movimento que parte da tese, incorpora a antítese e realiza a síntese” (Guerra, 2009, p. 50). Hegel compreende a razão como a base da existência humana, apresenta uma relação intrínseca entre sujeito e objeto no processo do conhecimento, sendo o sujeito sua própria determinação, com isso, o homem é ao mesmo tempo produtor e produto do processo dialético. Nesse processo dialético, a razão busca aquilo que torna a existência dos fatos e das relações possíveis, e como essas podem se reformular e virar algo novo.

De acordo com Guerra (2009:53), a razão dialética proposta por Hegel é posta como a maior possibilidade de conhecimento das condições e dos fatos, fenômenos e práticas, porém, a autora coloca que a identidade imediata entre o sujeito e o objeto (que é inerente ao sujeito), “impede o sujeito hegeliano (o pensamento) de ultrapassar a mera constatação da história” (Guerra, 2009, p. 53.), desta forma não há uma leitura da história como fruto das relações dos homens entre si, já que a concepção do mundo exterior é fruto do ideal de cada pessoa, portanto “vemos que a identidade entre sujeito e objeto que Hegel estabelece leva-o a considerar que o pensamento move-se num mundo que ele mesmo criou. Deste modo, acaba por compreender a história como momento de objetivação do Espírito absoluto” (LUKÁCS apud GUERRA, 2009, p. 53).

Em seguida, os estudos sobre as racionalidades formal-abstrata e dialética, a partir do século XX, rompem com as questões do pensamento individual do homem que foram analisadas anteriormente, nas análises feitas sobre Kant e Hegel, e buscam compreender formas de conhecer e atuar sobre a realidade. Segundo Guerra (2009), as reflexões que emergem a virada do século XVIII “põe à luz a polêmica acerca dos fundamentos teóricos e metodológicos capazes de desvelar os processos sociais que configuram a nova ordem sócio-econômica” (GUERRA, 2009, p.55). Nesse contexto histórico, há um afastamento sobre as reflexões ontológicas, esse processo é marcado pelo interesse de encontrar um padrão científico em que haja a possibilidade de operar sobre os fenômenos sociais.

De acordo com Guerra (2009), os momentos que precede o século XX, há duas vertentes que se contrapõem: de um lado, a análise da sociologia compreensiva de Max Weber, e, do outro lado, a vertente positivista lógica de Durkheim. De acordo com Guerra (2009), o estudo de Weber tem em sua construção a compreensão da existência de juízos de valores, pois para Weber os indivíduos agem de acordo com o coletivo, há a negação do homem com um ser que possui individualidades e condições de vida dista dos demais, isso é o que gera uma inadequação ao método compreensivo. No positivismo de Durkheim, há uma

preocupação em estabelecer uma única ciência, que para ele é a Sociologia, esta que em sua visão é capaz de dar todos os recursos necessários para compreender as ordens dos fenômenos.

Para Guerra (2009):

A ciência como a única forma de conhecimento aceito é concebida como atividade racional objetiva, sistemática, que tem no método experimental o seu instrumento heurístico. Esta perspectiva racionalista e agnóstica na forma de conceber a sociedade, que se constitui no ponto de convergência entre historicismo alemão e positivismo francês, ao traduzir-se em programática de intervenção nas sociedades capitalistas imprime-lhes a marca do pensamento conservador laico. (GUERRA, 2009, p. 56)

Portanto, Guerra (2009) direciona suas análises ao positivismo francês, esse que é fundado por Comte e modernizado por Durkheim, que tem na razão formal o seu fundamento e determinação dos fatos sociais. É através dessa reflexão sobre as teorias e ideologias do paradigma (fatores) da racionalidade formal-abstrata que Guerra (2009) buscou compreender o processo histórico dessa “Sociologia, enquanto ciência autônoma” (GUERRA, 2009, p. 57), e como ela se constituiu e contribuiu para o desenvolvimento do pensamento conservador burguês.

Nessa perspectiva, a autora, em sua análise sobre as bases teóricas de Durkheim, coloca que, para ele, os fatos sociais são construções exteriores, anteriores e superiores aos homens. Assim, compreende-se que os fenômenos, frutos da relação dos homens, são causas naturais. Segundo Guerra (2009: 59), a construção metodológica de Durkheim não parte das ideias dos homens e sim das formas objetivadas dadas pelas estruturas políticas da sociedade, ou seja, as instituições sociais (família, Estado, direito, etc) são estruturas que são anteriores ao homem, e, portanto, são responsáveis por produzirem formas de convivência entre os homens. Portanto, nessa concepção, a razão de ser do indivíduo “é determinada por caracteres que lhe são imanentes e não segundo o ponto de vista do observador”(GUERRA, 2009, p. 59).

Guerra (2009) coloca que as premissas de Durkheim compreendem as transformações sociais resultantes de causas naturais, que se fundamentam na natureza humana, dessa forma a sociedade dos homens é fruto de uma evolução natural, sendo a moral o princípio fundante da solidariedade. A solidariedade, para ele, é algo construído pelo exercício coletivo dos homens, exercício da moral coletiva e que essa promove uma representação dos indivíduos e os vinculam à sociedade.

Dessa forma, as articulações propostas por Durkheim, de acordo com Guerra (2009), consubstanciam e organizam princípios para a manutenção e pleno desenvolvimento das

formações capitalistas. Sendo que, em suas análises, as transformações sociais partem de algo natural, o capitalismo, então, é apreendido como um fato social, fruto de decorrências naturais.

Dessa forma Guerra (2009) coloca:

(...) as formulações teórico-metodológicas de Durkheim são um vetor que se conecta diretamente à ordem social capitalista, que a explica e a legitima. Sua influência se fará sentir enquanto esta ordem permanecer, já que o pensamento analítico-formal fornece, ao mesmo tempo, uma determinada maneira de interpretação e validação da ordem burguesa e um conjunto de procedimentos instrumentais e manipulatórios para atuar sobre ela (GUERRA, 2009, P. 65).

No que tange à perspectiva na qual se fundamenta a racionalidade formal-abstrata, pode-se afirmar que, ao estabelecer a ciência de forma objetiva, o paradigma positivista estabelecido por Durkheim ajustou a racionalidade da sociedade burguesa. De acordo com Guerra (2009), a ideia de que a sociedade é algo natural, só têm funcionalidade através das abstrações geradas nas organizações do trabalho na ordem burguesa.

Segundo as análises de Guerra (2009), conforme se debruça sobre a racionalidade do projeto burguês, constata-se, que suas fundamentações são constituídas ao longo da história, sendo fruto de condições determinadas pela lógica de produção e de valor que constituem a sociedade capitalista, esses fatores limitam as dimensões emancipatórias da razão, e dificulta a capacidade de racionalizar de forma crítica sobre o real papel do homem no universo do capital. Essa dificuldade ou limitação gera consequências na ação de interpretação da realidade (do mundo, das relações sociais), pois coloca de lado a necessidade de conceituar os elementos existentes e torna as mediações como desnecessárias no processo de análise. Portanto, a racionalidade formal-abstrata sugere que os elementos constitutivos do mundo, no qual o homem está inserido, são elementos externos a ele, e coloca suas condições sociais como algo natural, pois ele já nasce nessas condições.

Seguindo essa lógica Guerra (2009) explicita que:

À medida que a racionalidade do projeto burguês, utilitarista, racional e operativa exclui qualquer dimensão que não possa ser apreendida por operações intelectivas, tais como aquelas referentes aos problemas existenciais, a subjetividade, liberdade, paixões, desejos, complexificados por uma conjuntura de crise de racionalidade, esta expressão de formas de pensar e agir culturalmente compartilhadas, estabelece-se a cisão entre razão objetiva e subjetividade individual e, sobretudo, transformam-se problemas imanentes à ordem capitalista em questões ontológicas da natureza humana. (GUERRA, 2009, p. 74-75).

Desta forma, enquanto classe detentora dos meios de produção, a burguesia constitui,

portanto, uma forma de conhecer o mundo, como a própria face desse mundo de acordo com seus princípios. Assim, os elementos que constituem a sociedade capitalista são elementos constituídos pelas relações sociais cujo pensamento do homem é influenciado pelos preceitos que formam a própria sociedade guiada pelo capital.

Assim, Guerra (2009) coloca que, no processo de manutenção do poder hegemônico que enlaça a sociedade movida pelo capital, a potência burguesa em sua tentativa de distorcer as condições objetivas que a determinam, como por exemplo, a necessidade da desigualdade social fruto do conflito entre capital e trabalho, coloca que os conflitos existentes pelo modelo capitalista, são elementos anteriores a existência do homem, e que, portanto precedem a sua essência. Esse princípio nega o papel de ação que o homem porta, de mobilizar conexões que constituem a realidade, e delimita e direciona os interesses, paixões que são inerentes a cada homem, para interesses específicos da sua classe.

O que está posto é que, ao longo do processo histórico no qual se desenrolou a modernidade até os dias atuais, a racionalidade formal-abstrata foi reproduzida nas relações sociais no seio do sistema capitalista, adequando-se ao novo momento e se fortalecendo nele. Nesse sentido, o modo como analisamos o mundo contemporâneo é distinto em cada indivíduo, e expressam a reprodução dessas racionalidades cuja história se encarrega de transformá-las em heranças ou matrizes de pensamento. Em um mundo globalizado, tecnológico, consumista, os princípios que fortalecem a estrutura dominante burguesa, disseminam-se através das grandes redes de comunicação, ausências de reflexões críticas, tudo deve tornar fácil de se ter e entender, a “praticidade” é a palavra de ordem, o tempo é curto, é preciso mais de repostas prontas, que de perguntas complicadas.

Com isso, Guerra (2009) elucida que, as determinações que constituem a ordem burguesa, no decorrer da história, passam a ser objeto de distintas teorias sociais, que, ao buscarem respostas sobre os complexos processos, fundamentam a racionalidade formal-abstrata, e, dessa forma, distinguem-se em teorias que buscam a manutenção ou a superação dessa forma particular da sociedade capitalista.

Diante das contribuições de Guerra (2009) que aclaram a racionalidade formal-abstrata e como está forma racional se constituiu como paradigma da sociedade capitalista, cumpre-se, a partir dessas considerações, o objetivo de refletir sobre a perspectiva crítico-dialética, com base na tradição marxiana, para compreender os pressupostos acerca da totalidade e historicidade, perspectiva exige a construção de mediações sociais para entender a essência dos fenômenos na sociedade do capital.

Há duas concepções de como conhecer o campo de estudo sobre o que é a dialética ao longo da história, mesmo tendo surgido no mesmo momento histórico, cuja gênese se deu nas teias da modernidade. Quem eclodiu esse debate segundo Chagas (2011) foi Hegel, no século XVIII, com a perspectiva do método dialético-especulativo que possui um caráter abstrato da realidade, pois coloca a história do homem, como qualquer outro objeto de estudo, como fruto de um plano ideal sobre o real.

Nas bases teóricas de Hegel, segundo Chagas (2011), a ideia é o sujeito do real, pois é a ideia o produto do pensamento que mergulha em si mesmo, sendo ela reprodutora e responsável por conceber no real o mundo, seu objeto de estudo, a sociedade civil, o Estado, etc. Portanto, o processo lógico é o real, o que gera, neste caso, um esgotamento das contradições e dos conflitos existentes na realidade do homem em sociedade.

Destarte, sob a análise de Chagas (2011), Hegel coloca a riqueza, o Estado, a sociedade civil como frutos de algo ideal, fruto de uma subjetividade, em que se parte do pensar para conceber o que se vê e vivencia. Segundo Chagas:

A alienação, concebida por Hegel, se reduz, pois, á alienação da autoconfiança, e a sua superação é somente a negação da oposição entre o pensamento abstrato (o para-si) e a realidade sensível ou a existencial sensorial real (o em-si), entre sujeito e objeto, porém circunscrita ao interior do próprio pensamento. Quer dizer, tudo finda numa alienação do pensamento, e tudo se resolve na esfera desse pensamento abstrato. (CHAGAS,2011, p. 8-9)

Dessa forma, é possível afirmar, segundo Chagas (2011), que, na dialética proposta por Hegel, os conflitos que existem na sociedade moderna, os fatos sociais, partem das essências do pensamento, e que os contrastes ou barreiras que limitam as condições do homem, “são concebidos na sua forma espiritual, em sua essência abstrata, por conseguinte, simplesmente um estranhamento do pensamento filosófico puro, isto é, abstrato” (Chagas, 2011, p. 8).

É a partir dessa compreensão que Marx construirá a crítica ao método desenvolvido por Hegel, por entender que seu modo de se apropriar da realidade parte do ideal. Segundo Guerra (2009), tecendo seu estudo sobre a análise de Marx (1985) coloca:

É a partir dessa condição que os homens, ao realizarem a reprodução da sua vida material, estabelecem finalidades, gestadas no confronto entre necessidades e realidade, parametradas pelos meios possíveis de viabilização e, neste processo, reconstroem as representações que possuem sobre a realidade (GUERRA, 2009, p.102)

Marx, segundo Guerra (2009), parte do pressuposto de que a história humana se desenvolve através dos meios que os homens buscam para suprir suas necessidades. Dessa

forma, os homens se relacionam com a natureza e a transforma, porém, do mesmo modo, também se modifica, e é através da busca por sobrevivência que o homem se torna um ser prático-social e que se efetiva no mundo real pelo trabalho.

Partindo dessa análise, é possível afirmar que o método dialético proposto por Marx, vai no sentido oposto ao empirismo abstrato desenvolvido por Hegel. De acordo com Chagas (2011), o método marxiano tem como sujeito de análise o real e parte da investigação sobre quais as determinações desse objeto.

O método dialético na perspectiva de Marx, segundo Chagas (2011), possui uma necessidade de conhecer o objeto além de sua forma universal, ou seja, do modo como ele se apresenta, do modo como o objeto está em primeiro instante no real e depois na mente humana, mesmo que para sua elaboração, haja uma imaginação pelo sujeito, antes de sua concretização havia outros objetos que por meio do trabalho gerou esse produto final, algo concreto. Com isso Chagas (2011) declara:

O pensamento tem, na verdade, que se livrar de opiniões pré-concebidas, de conceitos externos ao objeto, de hipóteses que pairam acima dele, para nele mergulhar e penetrá-lo, considerando apenas o seu movimento, para trazer à consciência este trabalho da própria lógica específica do objeto específico. (CHAGAS, 2011, p. 3)

De acordo como chagas (2011), a dialética proposta por Marx realiza no plano ideal uma reconstrução crítica do movimento sistemático do objeto, pois compreende que sua existência não é dada apenas pela experiência direta e imediata, ou seja, “é preciso um esforço intelectual de investigação, de apropriação do conteúdo, de apreensão do movimento interno, efetivo do real” (CHAGAS, 2011, p. 3).

Segundo Guerra (2009), é importante para a compreensão da dialética crítica desenvolvida por Marx, a compreensão da história humana, da história que surge a partir do seu primeiro contato com a natureza, assim como, o seu afastamento do ser natural (o que esta inserindo na natureza), até o momento atual, essa linha do tempo é um produto fruto do trabalho humano, objetivado pela sua práxis.

Portanto Chagas elucida, que “as ideias pertencem a uma época”, e que, portanto, “não se explica a práxis a partir das ideias, mas se explica as formações ideológicas a partir da práxis material” (CHAGAS, 2011, p. 9). Desta forma, para Marx e Engels (1958) segundo Chagas (2011), todas as formas de ideias, filosofia ou qualquer outra forma de ideologia, não são dadas como os fatos sociais, e são, portanto, reflexos ideais das condições materiais da vida social humana.

Desta forma, Guerra (2009) elucida que a as diversas formas de apreensão do real, ou

melhor, diversas racionalidades, confrontam-se entre si e se moldam na realidade. Portanto, é nesses espaços que derivam as possibilidades dos sujeitos, em compreenderem as condições mais complexas que dão concretude aos fatos, processos sociais e aos fenômenos que cercam as esferas da sociedade humana.

2.3. O TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: ENTRE HERANÇAS E RUPTURAS

No processo histórico de estudo do arcabouço teórico por meio do qual se analisa o trabalho profissional do Serviço Social quando se levanta um debate acerca do objeto e as ações profissionais a partir da década de 60, há um movimento da categoria de se esperar algo novo que modifique as percepções profissionais. Nesse sentido, a escassez de produções teóricas a partir de estudos mais críticos e analíticos acerca do tema, a ausência e as poucas produções teóricas sobre o trabalho profissional do Serviço Social, naquela época, só reforçaram as expectativas sobre o tema.

Tal problemática e expectativa profissional se fundamentaram por alguns aspectos contextuais que repercutiram nos anseios da categoria por mudanças. Segundo Guerra (2009:22), um desses aspectos se refere à mudança das formas de organização do trabalho no sistema de produção capitalista, ou seja, a modernização da força de produção que altera o trabalho de categorias profissionais, despertando, no âmbito interno da profissão, a necessidade de buscar uma fundamentação teórica, de base histórico-crítica. Essa transformação econômica e social coloca ao Serviço Social demandas diante das quais se consolidam concretas necessidades de pesquisas e estudos sobre a instrumentalidade profissional. Esse novo momento histórico se expressa no movimento de construção de novas perspectivas profissionais para responder a conjuntura sociopolítica que se formava perante a ditadura militar, mediante correntes conservadoras e de ruptura com o Serviço Social tradicional, caracterizando-se, por isso, como um movimento processual e não linear.

Para Guerra (2009), a reconceituação foi um movimento emblemático no Serviço social, de grande importância no movimento histórico da profissão, pois é a partir desse momento que a profissão passa a se compreender como algo em permanente processo de reconstrução. Entretanto, esse movimento sofreu involuções até alcançar a perspectiva, esclarecida por Netto (2011), de “intenção de ruptura” com o conservadorismo. A problemática da reconceituação é que este movimento desconsiderou a necessidade de construir uma reflexão

em relação às elaborações teóricas, uma vez que houve, naquele momento, uma aproximação à tradição marxista vulgar, conforme elucida o próprio autor em sua obra de importante repercussão no conjunto de literaturas do Serviço Social que versam sobre a temática: “Ditadura e Serviço Social”.

Para aclarar a discussão de Netto (2011) sobre o movimento de reconceituação, é imprescindível discernir às vertentes desenvolvidas em meados de 1965 até o início de 1980, analisadas pelo autor na década de 90. Trata-se de perspectivas sobre a renovação da profissão que, no processo de contestação do Serviço Social tradicional, tinham posicionamentos distintos: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo, e a intenção de ruptura com o Serviço Social conservador.

Antes de avançarmos, compreender-se-á, de forma breve, o que o autor teceu sobre tais correntes. No que concerne à perspectiva modernizadora, Netto (2011) esclarece que essa vertente representou os esforços da categoria em inserir a profissão na conjuntura desenvolvimentista da época, objetivando a construção de um Serviço Social capaz de responder as demandas sociais por meio do aprimoramento técnico do que tinha sido apresentado até ali. Tal conjunto de esforços teve maior demarcação no final da década de 60, e não apresentou propostas contestadoras da ordem estabelecida pela ditadura burguesa do pós-64. Apesar dos objetivos da categoria de atender a demanda do governo desenvolvimentista por meio de um novo olhar moderno, Netto (2011) afirma que os instrumentos teórico-práticos do Serviço Social estavam sustentados no antigo aporte estrutural-funcionalista, cujo foco era o perfeito funcionamento de uma sociedade integrada, e ainda sob a influência do neopositivismo, o que evidenciou a contribuição para a manutenção da ordem e não de mudança na conjuntura política. Ou seja, em síntese, não havia mudanças internas profundas no Serviço Social, mas a adequação às demandas postas pela autocracia burguesa, explica o autor.

No que se refere à reatualização do conservadorismo, tratou-se de uma diretriz que preservava os valores tradicionais da profissão, e que foi mais difundida na década de 70. Mantinha uma posição contrária ao poder da burguesia ditatorial, não com a intenção de enfrentamento, mas de afastar qualquer compartilhamento com a ideologia funcional à ditadura militar. Todavia, observa-se que a diferença da concepção conservadora do Serviço Social tradicional para a perspectiva de reatualização do conservadorismo era a inclusão do fundamento fenomenológico no seu suporte metodológico, visando incluir subsídios científicos para sustentação da abordagem profissional. A intervenção estava sustentada numa

teoria mais individualizada, centrada num viés da ciência psicológica e menos na análise que compreende a sociedade a partir de fatores macrossociais. Por esse motivo, a vertente foi caracterizada como de “reatualização do conservadorismo”, pois mantém a influência cristã, contesta a visão mais crítica, de base marxiana, mas apresenta matrizes que buscam a ciência para consolidar uma perspectiva teórico-prática.

De forma sobreposta, na década de 70 se apresenta à sociedade brasileira a terceira vertente intitulada como intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, segundo Netto (2011). Das três perspectivas, essa foi elaborada e socializada com maior potencial crítico e de contestação da ordem burguesa. O autor afirma que a capacidade de censura do grupo de professores e profissionais que se articularam em prol de uma concepção ideológica de oposição à política ditatorial também foi impulsionada pelo próprio contexto da época. Tratava-se de um cenário de contestação, questionamento e reflexão sobre a conjuntura política antidemocrática e sobre o crescimento desordenado das cidades urbanas com a consequente marginalidade social. Diante desse espírito que pairava a ideologia dos estudantes, da academia e dos profissionais, a corrente marxista se consolidou e passou a ser interpretada e consubstanciar muitas correntes ideológicas e políticas. Entretanto, conforme afirma Netto (2011), muitos foram os equívocos de interpretação na teoria marxista. Contudo, mesmo diante de tais inflexões, e por causa da expansão dos movimentos de resistência, essa perspectiva teve maior repercussão na categoria, avançando de acordo com a crise da ditadura burguesa.

Postas, de forma sumária, tais considerações consubstanciadas no estudo de Netto (2011), a autora Guerra afirma que, nesse contexto da reconceituação, a categoria profissional passa a buscar respostas para vencer o conservadorismo, o que, segundo a autora, gera um equívoco entre prática profissional e militância político-partidária.

Para Guerra (2009), ao longo do tempo, há uma preocupação da categoria em buscar o como fazer da profissão. No que concerne ao campo das bases teóricas que subsidiou a atuação profissional naquela época, houve maneiras distintas de compreender sua pertinência no interior da profissão. Com base na pesquisa da autora, houve profissionais que partiram da prática de forma dissociada da teoria, valorizando apenas elementos sobre os instrumentos operativos, uma prática de resultados imediatistas. Outros profissionais compreendiam as bases teóricas como unidade determinante da ação, portanto a teoria era o guia e o que determinava as estratégias laborais. “Aqui, se a prática não corresponde aos modelos de ação profissional, há que ser modificada” (GUERRA, 2009, p.25).

Segundo Guerra (2009), há outra tendência da prática profissional, esta compreende as teorias como uma forma de ler e reconstruir a realidade, partindo disso, determinam-se métodos de conhecimento para as respectivas análises da sociedade, novamente, há uma dissociação entre teoria e prática. Contudo, esses modos de elaboração da prática profissional são problemáticos e defasados, pois tem como objetivo “versar sobre as possibilidades e limites das teorias em fornecer subsídios às práticas profissionais”, portanto atribui à prática “a função de mediação” (GUERRA, 2009, p.26). Entretanto, não cabe apenas a esse descompasso a responsabilidade dessa defasagem, sendo essa lacuna provocada pelas insuficientes e restritas abordagens sobre o instrumental-técnico do Serviço social.

De acordo com Guerra (2009), no momento histórico em que sua pesquisa sobre a instrumentalidade está inserida, havia uma exigência de elaboração de novos instrumentos de trabalho profissional e de uma necessidade de recriação ou adaptação das ações tradicionais realizadas pelos assistentes sociais. Com isso, de acordo com a autora, a partir da década de 80, há uma retomada nos embates sobre o instrumental técnico-operativo, porém, nesse novo momento histórico, não tinha em vista a busca pela elaboração de novas ações para o trabalho dos assistentes sociais e nem buscou esclarecer os equívocos em relação à compreensão de que para cada ação profissional há um instrumento diferenciado. A autora coloca que o modo de compreender o instrumental técnico como proporcionador ou inibidor das intervenções é uma compreensão equivocada, pois, as condições objetivas em que o trabalho profissional está inserido, essas que são condicionadas pelos fenômenos postos pela realidade.

Para Guerra (2009), as atividades dos indivíduos são teleológicas, com isso suas ações não partem apenas da carência ou da necessidade, essas podem ser conduzidas pelas possibilidades. Portanto, cabe a categoria do Serviço Social se direcionar para a efetivação de condições materiais pertinentes a uma intervenção profissional que vá além de um trabalho prático sistemático, reformista, burocratizado, desvelando assim suas possibilidades e limites de ação.

Segundo Guerra (2009), existe uma categoria de estudo que é antecedente às discussões de instrumento e técnicas para o trabalho profissional, sendo isso referente à instrumentalidade. Tal significado, de acordo com a autora, deve ser compreendido como o “campo de mediações no qual os padrões de racionalidades e as ações instrumentais se processam” (GUERRA, 2009, p.38). A instrumentalidade vai além das determinações operacionais, não se reduz a ideia do como fazer ou como as ações são realizadas. Nesse sentido, a instrumentalidade está pautada no processo reflexivo-crítico que busca

compreender o porquê das ações, para quem elas são realizadas, reconhecendo as consequências que essas ações produzem no plano do mediato.

Desta forma, é possível afirmar que todo trabalho possui instrumentalidade, essa que é construída e reconstruída na trajetória dos homens, portanto não é algo restrito ou constituinte apenas do trabalho do Serviço Social. A instrumentalidade é inerente ao trabalho e têm sua existência através da constante necessidade dos homens, portanto “a instrumentalidade, é a categoria ontológica pela qual a produção e reprodução da existência humana se realiza” (GUERRA, 2009, p.205).

De acordo com Guerra (2000:3), o processo de trabalho deve ser compreendido como um conjunto de ações prático-reflexivas, estas que são voltadas para o alcance de determinadas finalidades que, segundo a autora, são dependentes da existência, e dos meios das condições objetivas e subjetivas que consubstanciam o trabalho profissional. Com isso se entende que os homens por meio do trabalho modificam os meios e as condições sobre o qual esse trabalho está inserido, assim a modificando, adaptando-as e as utilizando em seu próprio benefício.

Portanto, o estudo desenvolvido por Guerra (2009) parte da compreensão de que as ações das assistentes sociais apontam uma modalidade de razão que deve permitir uma atuação que enfrente as dificuldades expostas pelas situações objetivas nas quais o Serviço Social está inserido, que dê a possibilidade de coletar dados sobre seus usuários, investindo em conhecimento e revertendo em ações coerentes com as necessidades da população alvo de seu trabalho. Nesse sentido, “o método converte-se em *projetos* e a razão em *potência*, a mobilizar as condições objetivas da realidade” (GUERRA, 2009, p.31).

De acordo com Guerra (2009), essa compreensão pode reavaliar o passado do Serviço Social e operar uma ruptura com seu aspecto conservador, tradicional ou modernizante, perspectivas cujas matrizes já foram objeto de análise de Netto (2011). Dessa forma, é necessário compreender que todo avanço que a profissão possa alcançar em relação a sua compreensão teórica, será ou ainda é insuficiente em relação aos desafios postos pelas contradições que constituem os fenômenos sociais, com os quais esses profissionais constantemente se confrontam em seus cotidianos.

Diante disso, daremos continuidade ao esclarecimento da autora sobre sua indagação fundamental em seu trabalho, que parte da intenção de debater a relação entre a instrumentalidade no trabalho profissional do Serviço Social e o paradigma da racionalidade formal-abstrata, assim como compreender as possibilidades que esse estudo fornece para

esses profissionais.

A primeira impressão sobre o que é a instrumentalidade no trabalho profissional do Serviço Social se procede como algo direcionado aos instrumentos utilizados pelas assistentes sociais para concretizar suas ações de acordo com resultados propriamente estabelecidos. Porém, segundo Guerra (2000:1-2), a instrumentalidade é a propriedade ou a capacidade construtiva da profissão, elaborada e reconstruída no processo sócio-histórico, portanto adquirida no confronto das condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional. No sentido elucidado pela autora, as condições objetivas estão relacionadas ao modo como a sociedade se materializa, uma vez que é decorrente do processo histórico da relação do homem com o mundo; já as condições subjetivas são referentes às escolhas individuais, a elaboração teórico-metodológica, a ética profissional, portanto, está relacionada aos sujeitos.

Partindo dessa compreensão, a instrumentalidade é produzida e reproduzida no exercício profissional, e potencializa as assistentes sociais quanto à capacidade de modificar e adequar seu trabalho à tentativa de reafirmação dos direitos sociais em uma determinada realidade social, compreendendo, portanto, as correlações de forças existentes no mundo do trabalho. Conforme esclarece Guerra (2000), “(...) a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho” (GUERRA, 2000, p. 2). No trabalho profissional do Serviço Social, as assistentes sociais, modificam as condições existentes em sua realidade, e as modificam em meios que potencializem suas intencionalidades, suas decisões e ações são permeadas por instrumentalidade, essa que é condição necessária como categoria constitutiva de todo trabalho profissional.

De acordo com Guerra (2009:195), toda a orientação que persegue a estrutura do seu estudo, assenta-se na compreensão das racionalidades existentes na profissão, que são expressão das formas de ser e pensar, fomentadas pela regularidade das ações postas pelo conjunto profissional do Serviço social, tanto na esfera da intervenção quanto nas elaborações teóricas que as baseiam. Racionalidades que “exigem referência teórico-metodológica, procedimentos analíticos, construções de categorias intelectivas, que extrapolam a âmbito restrito da profissão” (GUERRA, 2009, p. 195), pois as formas de existência e consciência, historicamente postas no Serviço Social, possui validade na realidade social da ordem capitalista em seu estado maduro. Esta análise segundo Guerra (2009), permite a compreensão, de que:

O “racionalismo burguês moderno” enquanto mecanismo de produção e reprodução ideológica dessa ordem, infiltra-se nas relações sociais entre

indivíduos, de classes, Estado, formas de conhecimento, instituições e organizações sociais, de modo que essas relações acabam por contemplar a padrão de eficácia e eficiência para a responder ao nível das necessidades materiais, o atendimento das carências imediatas aparece como fim em si mesmo, e o que extrapola esse âmbito, como mera contingência”(GUERRA, 2009, p. 195-196)

Diante disso, Guerra (2009) argumenta que no instante em que a racionalidade formal-abstrata adquire um grau de abrangência na sociedade burguesa, sendo essa racionalidade, o paradigma que possibilita a sobrevivência dessa estrutura hegemônica, torna-se, com isso, “universidade abstrata e remete ao conjunto das relações sociais aos fundamentos teóricos e práticos dos quais se sustenta” (GUERRA, 2009, p.196). Diante disso, segundo Guerra (2009:197), a instrumentalidade, que é tanto o ato como potência e condição necessária da vida do homem, encontra-se limitada às ações racionais que buscam e produzem o imediato.

Portanto, Guerra (2009) coloca que as racionalidades existentes no Serviço Social podem ser compreendidas como fios condutores para entender a relação entre teoria e prática, mas, apesar da característica teleológica do trabalho, tais racionalidades não estão livres da perspectiva formal-abstrata. A existência desse paradigma requisita determinadas ações da categoria que atendem ao imediatismo e constituem determinadas respostas profissionais direcionadas para as ações instrumentais, elaboradas de forma superficial, e que dissocia a teoria e a prática.

Contudo, Guerra (2009:201) elucida que a instrumentalidade no trabalho do Serviço Social, não está delimitada apenas ao desenrolar de ações instrumentais, a ações de atividades imediatas, pois a mesma, porta possibilidade de comprovação ao emergente em suas demandas, já que “necessita ser informada por teorias que se referenciam nos princípios ontológicos de constituição do ser social” (Guerra, 2009, p. 201), o que coloca no trabalho do Serviço Social uma determinada racionalidade que lhe permite compreender a totalidade constituinte do real e assim atuar sobre eles.

Mediante sua análise, Guerra (2009:201) discorre que, se de uma forma a instituição do Serviço Social tem uma determinada legalidade e segue uma lógica de constituição, que se transforma em sua razão de ser e que está relacionada ao seu reconhecimento social decorrente de sua natureza instrumental; em outra análise, suas possibilidades teóricas que expressam a sua razão de conhecer, transborda a esfera restrita da profissão, e segundo a autora, com isso “ao fazê-lo, destrói a aparência reificada, imutável, ahistórica, contida na razão de ser do Serviço Social” (GUERRA, 2009, p. 201).

Dessa forma, a inserção do profissional em processos de trabalho está diante de um

desafio constante, uma vez que, aquele que contrata as assistentes sociais nessa sociedade do capital, investe em esforços na reprodução da lógica formal-abstrata, a partir da qual demanda ações e projetos de intervenção que corroboram com a hegemonia da classe burguesa e os fortalecem no Estado neoliberal. Nesse sentido, a intencionalidade das ações das assistentes sociais expressam as racionalidades que se constituíram na modernidade, e podem se manifestar pela corrente formal-abstrata, ou pela corrente crítico-dialética.

Portanto, é necessário compreender que a instrumentalidade pode expressar valores conservadores que constituem a atual sociedade, e, com isso, cabe ao profissional realizar mediações seguindo a perspectiva crítico-dialética, para assim constituir uma instrumentalidade que rompa com o conservadorismo ou que seja capaz de compreender as barreiras existentes no campo profissional.

Para Guerra (2009), as racionalidades contidas nas formas de intervenção profissional que, embora disfarçadas pela subjetividade de cada trabalho individual e pelo movimento histórico da realidade, têm a capacidade de produzir regularidades. Essas regularidades que ocorrem na intervenção profissional dos assistentes sociais denotam o caráter intencional das suas ações, assim elas perdem seu valor de subjetividade e se tornam atos perpetrados por diversos profissionais. Desse modo, esses profissionais constroem uma racionalidade objetiva de acordo com suas intervenções perante a questão social, permeada de possibilidades de leitura, com diferentes níveis de compreensão do real.

De acordo com Guerra (2009), diante da afirmação de sua instrumentalidade, o Serviço Social utiliza determinados conjuntos técnico-operativos semelhantes a outros profissionais, porém as intenções depositadas, em seu exercício profissional, portam modos particulares de suas racionalidades que conformam um modo de operar subsidiado no projeto profissional.

Guerra (2009) coloca que esse caráter instrumental fomentado pela racionalidade formal-abstrata constitui uma funcionalidade para as ações profissionais que devem contribuir para a manutenção do capitalismo. Com isso, a instrumentalidade no Serviço Social deve ser sempre reformulada, constantemente reinterpretada, já que as mediações que são necessárias para objetivação da intervenção profissional não se reduzem ao acervo técnico-instrumental da categoria, nem se reduz e nem estagnam nas ações técnicas das assistentes sociais. Portanto, a instrumentalidade no trabalho do Serviço Social não é apenas uma dimensão que constitui a profissão, e sim um campo de mediações no qual os padrões de possíveis racionalidades e intervenções instrumentais devem ser reformulados e analisados criticamente.

Concluindo suas análises, Guerra (2009:205) discorre que debater sobre a racionalidade formal-abstrata é tanto compreender sua lógica de constituição quanto infirmar sua naturalização. Entretanto, refletir sobre tal aspecto, exige conhecer e reconhecer as possibilidades de outras racionalidades para o Serviço Social, para que assim, tais profissionais possam gerar formas adequadas de intervenções no real. Para a autora, o racionalismo formal-abstrato não pode/deve ser compreendido como expressão da realidade, mas como uma complexa categoria constitutiva de uma forma racional e histórica na sociedade, de raiz positivista.

É com tal acepção que a razão apenas se realiza na história por meio da mediação que garante essa relação, portanto a racionalidade é histórica, mas não sob forma racionalista do pensar burguês. Diante disso, segundo Guerra (2000):

Ao se desprender da base histórica pela qual a profissão surge, o Serviço Social pode qualificar-se para novas competências, buscar novas legitimidades, indo além da mera requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho. Este enriquecimento da instrumentalidade do exercício profissional resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas possa antecipá-las, que habilitado no manejo do instrumental técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional) e, ainda, que reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital (GUERRA, 2000, p.15).

Diante de tal reflexão, esse capítulo possibilitou a compreensão de que a instrumentalidade se manifesta na capacidade teleológica constitutiva do trabalho do Serviço Social, na elaboração de estratégias frente às demandas institucionais e dos usuários dos serviços no qual esse profissional está inserido. A instrumentalidade consubstanciada em uma racionalidade crítico-dialética dar a possibilidade do profissional não apenas elaborar ações e sim compreender as probabilidades e limites de intervenção, garantindo assim a construção de alternativas para a reafirmação dos direitos sociais, e para a consolidação do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

3 A EXPERIÊNCIA EM MOVIMENTO: A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO PROFISSIONAL NO CAPS AD GREGÓRIO DE MATOS

Este capítulo tem como pressuposto realizar um estudo acerca da instrumentalidade no trabalho profissional do Serviço Social no CAPS AD Gregório de Matos, a partir dos dados empíricos coletados no processo de formação profissional desta pesquisadora, por meio de

uma experiência vivenciada em uma unidade de atendimento da Instituição supramencionada, em Salvador – Bahia, experimento que impulsionou o presente trabalho.

Portanto, esse capítulo está dividido em dois subtópicos, no primeiro momento será apresentada a estrutura da pesquisa, como ela se desenvolveu, a discussão e análise dos dados, assim como é realizada uma breve apresentação sobre a instituição estudada, sobre a política que consubstancia o trabalho profissional nessa Organização; no segundo momento, analisar-se-á a instrumentalidade no trabalho profissional do Serviço Social no Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas em estudo. Nesse sentido, serão construídas reflexões de como esse elemento constitutivo do trabalho profissional pode apresentar ao Serviço Social as possibilidades, os limites e os significados das ações executadas por tais profissionais.

3.1. O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa ora em análise tem como objetivo discutir sobre a instrumentalidade no trabalho profissional do Serviço Social inserido na política de saúde mental, a partir da análise de uma experiência no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas Gregório de Matos, cujo propósito está direcionado para o cuidado de pessoas que fazem o uso abusivo de substâncias psicoativas.

Para tanto, o desenho da pesquisa está delimitado a partir de uma abordagem qualitativa, consubstanciada na análise da experiência supramencionada cujo corpus empírico foi desenvolvido no estágio supervisionado do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Os dados coletados foram analisados através da técnica da observação participante e por meio das informações registradas no diário de campo do supracitado estágio. Nesse escopo, é importante elucidar que o estágio supervisionado está consubstanciado no projeto político-pedagógico do curso de Serviço Social da UFBA, e se desenvolve conforme os marcos regulatórios da Política Nacional de Estágio Supervisionado em Serviço Social da Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social – ABEPSS, da Lei Nacional de Estágio Nº 11.788/08, e do Regulamento de Estágio do próprio curso em referência. Como um marco constituinte desse conjunto de normas, tem-se ainda a Resolução do CFESS 533/08 que discorre sobre a necessidade da atividade de estágio ser realizada sob a supervisão direta do profissional (Assistente Social) no campo sócio-ocupacional, e por uma supervisão acadêmica desenvolvida por um docente do Serviço Social da Universidade.

Segundo Minayo (2009:21), a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador compreender questões particulares ao homem, ou seja, ela porta em si a prerrogativa de analisar a realidade que não pode ou não deveria ser quantificada, “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p.21). Com essa perspectiva, a escolha da pesquisa qualitativa evidenciou a adequabilidade dessa abordagem ao horizonte deste estudo. Nesse sentido, tal estudo qualitativo é fruto dessa experiência no espaço de estágio curricular obrigatório, correspondente a um ano e dois meses de vivência no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas – CAPS AD Gregório de Matos, na cidade de Salvador - Bahia. Neste desenho metodológico, a observação participante possibilitou o acesso às informações desse cotidiano profissional nos termos do que esclarece Minayo (2009) sobre o conceito desse instrumento: é um processo em que o pesquisado se impõe como observador em uma determinada situação social, e diante disto se compreende que o mesmo interage, participa da realidade social, porém com o intuito de colher dados para sua pesquisa.

É nessa configuração que o estágio se constitui como um elemento constitutivo do projeto pedagógico do curso, possuindo um caráter educativo e de formação profissional. O estágio se torna um campo fértil em informações que enriquecem o processo de conhecimento e contribui para uma formação qualificada de futuros profissionais. Segundo o Regulamento do Estágio Supervisionado em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, o estágio curricular obrigatório deve ser executado em três semestres, e está organizado em três componentes curriculares: estágio supervisionado I, II e III. O estágio curricular I tem como objetivo um processo de estudo e investigação a caracterização institucional e a inserção do trabalho profissional do Serviço Social, observando as expressões da questão social manifestadas no espaço sócio-ocupacional.

Os estágios II e III têm, de forma respectiva, como propostas a elaboração do projeto de intervenção profissional e a sua implementação e análise, portanto se caracterizam como instrumentos decorrentes de uma reflexão crítica sobre a unidade da teoria e da ação. É a partir desse processo de construção teórico-prático que surgiram as inquietações que motivaram o presente estudo, bem como a necessidade de analisar as informações que foram coletadas durante o percurso de formação.

Diante disso, é importante elucidar sobre o local de inserção em que houve a possibilidade de adquirir os conhecimentos e reflexões que serviram para o desenrolar desse trabalho. O estágio supervisionado obrigatório, realizado no Centro de Atenção Psicossocial

em Álcool e Drogas (CAPs AD), na cidade de Salvador - Bahia, é uma instituição que promove atendimento e o cuidado biopsicossocial às pessoas usuárias ou dependentes de substâncias psicoativas.

Visando contextualizar o cenário no qual o CAPS se insere, e a política com a qual trabalha, discorrer-se-á, de forma sumária, sobre os movimentos que subsidiaram e foram precedentes à própria política de saúde mental com o intuito de aclarar o contexto social no qual se desenvolve.

Os Centros de Atenção Psicossocial e suas categorias (I, II, III, AD e infantil), são frutos de uma emergência de implementar serviços para concretizar o construto da política de saúde mental, de forma a garantir um tratamento terapêutico multiprofissional e interdisciplinar para a população que se encontra em uso ou abuso de substâncias psicoativas. Trata-se de uma estratégia que é resultado de uma grande luta travada por diversos setores da sociedade, esse movimento que ficou conhecido como a Luta Antimanicomial: expressão do coletivo de enfrentamentos em prol da garantia dos direitos sociais e cuidado mais digno e humanizado para os indivíduos em sofrimento psíquico e usuários de álcool e outras drogas, colocando em debate a responsabilidade do Estado de viabilizar atividades e promoção à saúde a essa população. Vale ressaltar eu segundo Amarante (2015), a Luta Antimanicomial foi uma das precursoras da Reforma Psiquiátrica que teve início em 1978 com a denúncia de médicos psiquiatras no Ministério da Saúde, estes que relataram os abusos e violações de direitos cometidos pelos hospitais psiquiátricos. Frente a tal construto, este movimento propôs não só melhorar o atendimento multiprofissional e interdisciplinar, mas também em criar espaços apropriados para as expressões vivenciada por esse público.

De acordo com Lúchman e Rodrigues (2007), a busca por uma transformação na forma de se compreender e lidar com a loucura/louco, com o indivíduo em estado de sofrimento mental, colocou a Reforma Psiquiatria como um propulsor para a reafirmação dos direitos sociais, uma vez que não discute apenas saúde, conceitos de intervenção médica, mas possibilitou a construção de um marco legal amplo. Diante dos avanços decorrentes da Luta Antimanicomial, da Reforma Psiquiatria, e, principalmente, da Reforma Sanitária e dos movimentos sociais que contribuíram para a Constituição de 1988, abriu-se um novo horizonte de possibilidades de direitos para essa população. Reafirmou-se, então, a responsabilidade do Estado em garantir educação, saúde, moradia e condições dignas de vida para cada civil no Brasil, emergindo, no cenário nacional, outros movimentos em conferências e assembleias para a construção de serviços que atendessem tais necessidades.

Segundo Paim (2009), a proposta de construção e implementação do sistema universal de saúde não foram planejados pelo Estado, e sim por diversas lutas manejadas pela sociedade brasileira. Partindo dessa compreensão, o autor coloca que o SUS, consolidado pelas leis orgânicas 8.080/90 e 8.142/90, está vinculado a um propósito ideal que é: todos os indivíduos devem ter acesso a condições dignas e à saúde, considerando que tal direito está ligado à condição de cidadania do indivíduo e não deve ser negado em nenhum instante.

Partindo da compreensão do direito universal sob a saúde e seus avanços tardios, as conquistas relacionadas à Política Nacional de Saúde impulsionaram, com o passar do tempo, a institucionalização da Política Nacional de Saúde Mental, decretada pela Lei n.º 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos que devem ser garantidos as pessoas com transtornos mentais e comportamentais.

Os Núcleos de Assistência Psicossocial (NAPS), juntamente com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), por intermédio da PORTARIA/SAS N° 224 - 29/01/1992 que os delibera como unidades de saúde locais e regionalizadas, devem atender uma população definida entre regimes ambulatoriais e a internação hospitalar (quando necessário), de acordo com a portaria supracitada. Seus serviços devem seguir os princípios de universalidade, hierarquização, regionalização e integralidade de serviços, constituindo-se como portas de entrada ao usuário e a rede de serviços relativos à saúde mental, visando atender pessoas que apresentam sofrimento psíquico, e auxiliá-los na construção de projetos de vida.

Segundo a Portaria/GM N° 336, de 19 de fevereiro de 2002, que foi elaborada pela necessidade de atualização e aprofundamento das normas previstas pela Portaria/SAS N°224, 29/01/1992, as diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), passam a ser divididos por porte e clientela, sendo estes caracterizados por CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS i e CAPS AD. Tal organização do CAPS tem o objetivo de prestar atendimento às crianças, adolescentes, adultos e idosos em processo de sofrimento psíquico, oferecendo reabilitação e cuidados biopsicossociais que rompem com o modelo de hospitalização, assim evitando a internação do usuário e fortalecendo o exercício da cidadania, colando em prática a inclusão social dos indivíduos e de suas famílias.

A regulamentação e o desenvolvimento de acompanhamentos e tratamentos aos dependentes de álcool e outras drogas dá a oportunidade do sujeito trabalhar sua patologia, inserindo-o na sociedade, buscando romper com o conceito de marginalidade, irresponsabilidade e periculosidade, estereótipos estabelecidos pela sociedade em que só vê a droga (o uso) como a característica principal do indivíduo. Atualmente, o agravamento em

dependência do álcool e outras drogas se constituem como um problema relevante na sociedade brasileira, e se tratando das drogas ilícitas como o crack, maconha e cocaína, existe uma vociferação do tema na mídia que a todo o tempo exclama sua inter-relação com a violência urbana, colocando seu dependente como infrator perante a lei.

No Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas – CAPS AD, o processo de acompanhamento multiprofissional se concretiza por atividades com: atendimentos individuais; atividades em grupos (estas realizadas nas oficinas de letramento, música, desenho e pintura, cinema, prendas, etc.); atendimentos à família; visitas domiciliares; atendimento e acompanhamento de processos de desintoxicação. Tais abordagens foram elaboradas de acordo com as diretrizes propostas pelo Ministério Saúde através da Portaria/GM Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, com o objetivo de realizar a assistência às pessoas em uso abusivo de substâncias psicoativas, tendo como propósito promover o distanciamento entre o usuário e a droga, vista, muitas vezes, como algo inerente ao próprio ser em tratamento.

Os CAPS AD desenvolve seus trabalhos terapêuticos na perspectiva de redução de danos, colocando em prática intervenções que busquem a redução de riscos e danos associados ao uso de substâncias psicoativas, trabalhando com os princípios da liberdade de escolha, ruptura com a criminalização do usuário e não exigindo a abstinência. Assim, o que está em questão é o sujeito e sua história de vida, e não a substância que o desumaniza, oferecendo a este um tratamento humanizado e de qualidade.

Para o desenvolvimento destas atividades nos CAPS AD, é necessário que as instituições sigam os parâmetros exigidos pela PORTARIA/GM Nº336 19/02/2002 que dispõe sobre a equipe técnica da instituição, esta devendo ter no mínimo tais profissionais: um médico clínico, um médico psiquiatra, um enfermeiro com formação em saúde mental, quatro profissionais de nível superior (Serviço Social, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional e um Pedagogo ou outro profissional necessário no projeto terapêutico), seis profissionais de nível médio (auxiliar ou técnico de enfermagem, técnico em administração, técnico educacional e artesãos).

Os profissionais da rede CAPs (psicólogos, farmacêutico, psiquiatra, etc.) desenvolvem além dos exercícios de sua profissão o trabalho de técnico de referência, este que tem como responsabilidade o acompanhamento e monitoramento do usuário. Porém, não são todos os funcionários inseridos na rede CAPS que trabalham na dinâmica multiprofissional com essa função, os técnicos administrativos, os profissionais de

higienização e os vigilantes não trabalham como técnicos de referências, apenas os profissionais com nível superior.

O Serviço Social no CAPS AD busca intervir na realidade social dos usuários, proporcionando o acesso a direitos sociais que garantam mudanças na situação social vivida por essas pessoas; para isso, é imprescindível que o profissional tenha um posicionamento político sobre a realidade social, uma vez que a dimensão política integra, fundamentalmente, o trabalho profissional.

O trabalho profissional do Serviço Social utiliza como instrumental técnico-operativo e de análise nos CAPs AD: os atendimentos individuais, as entrevistas; a visita domiciliar, que tem como objetivo conhecer as condições, modo de vida e realidade cotidiana da população usuária do serviço, esta estratégia pode partir de iniciativa do profissional ou pode surgir como demanda encaminhada pela coordenação ou de outros técnicos; a visita institucional que, assim como a domiciliar, pode partir do profissional ou como demanda, porém esta possui dois focos de interesses, podendo ser realizada para obter informações sobre um usuário que possui vínculos com alguma outra instituição, e quando o profissional precisa conhecer um trabalho desenvolvido também por outra instituição, com o propósito de complementar o processo terapêutico dos indivíduos. Outros instrumentos de trabalho para a consolidação de informações e para o referencial de estudo das demandas são os Livros de Registros de atendimentos, o Relatório de Atividades que é elaborado, mensalmente, e a ficha de evolução dos usuários em cada atendimento, discorrendo sobre a demanda analisada, e sobre os encaminhamentos que foram dados e suas finalidades.

Importa esclarecer que a descrição e análise, de forma minudenciada, das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social é assunto que integra a reflexão discorrida a seguir. Destarte, partindo da exposição breve que foi realizada sobre as unidades do CAPs, construir-se-á uma reflexão sobre o trabalho profissional do Serviço Social na abordagem que se segue, relacionando as atividades desenvolvidas nesse espaço sócio-ocupacional, e realizando uma articulação entre os dados empíricos coletados, a partir da vivência do estágio, e os levantamentos teóricos consubstanciados no estudo de Guerra (2009) acerca da instrumentalidade no trabalho profissional do Serviço Social, inserido nessa política de saúde mental.

3.2. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA UM TRABALHO PROFISSIONAL NO ESTADO NEOLIBERAL

Diante da observação participante desenvolvida no estágio em evidência em uma unidade CAPs AD, é possível reafirmar o objeto do trabalho profissional do Serviço Social se manifestando nas expressões sociais providas pela sociedade capitalista, inicialmente, ao analisar o perfil da população que faz uso desse serviço de promoção e cuidado da saúde mental cujo perfil é constituído por negros, majoritariamente, desempregados ou com vínculos empregatícios precarizados, de classe renda baixa e com vínculos familiares fragilizados. Tais dados apresentam os desdobramentos da questão social denunciada pela desigualdade social que essa parcela da sociedade vem sofrendo, ao longo dos anos, na sociedade capitalista.

Nesse sentido, no sistema capitalista, em um contexto neoliberal, a presença do Estado é mínima no que concerne a priorização das políticas sociais ou ampliação dos direitos sociais, servindo somente como ferramenta do capitalismo para a manutenção da ordem e da acumulação de renda. É por esse motivo que Yamamoto (2006) afirma, que ao mesmo tempo em que o sistema capitalista produz riqueza, contraditoriamente, também reproduz a pobreza. Como as políticas sociais são respostas às pressões populares, é nesse contexto de necessidades sociais latentes na área da saúde mental que o Serviço Social está inserido.

Diante disso, o trabalho profissional do Serviço Social, tendo como propósito a garantia dos direitos sociais no processo de acompanhamento multiprofissional e interdisciplinar comprometido com o cuidado e o tratamento biopsicossocial na construção de trajetórias coletivas de superação, sofre os impactos da precarização dos serviços da Política Nacional de Saúde Mental no Brasil. Nesses termos, a rede de serviços do CAPs AD está em processo de implementação em determinados estados, cidades e municípios, situação que acaba limitando o desenvolvimento do trabalho nas unidades já implantadas.

Diante desse quadro, os CAPS se encontram extremamente sobrecarregados pelo grande número de demandas, com expressiva dificuldade de relação em rede, já que as outras unidades se encontram com os mesmos problemas. Integrante desse cenário, tem-se os profissionais que estão objetivamente condicionados pelo processo da precarização social do trabalho, o que impacta diretamente no exercício profissional.

Posto isso, foi possível observar os limites impostos pelo cenário neoliberal repercutindo no cotidiano do trabalho profissional. Dessa forma, as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social estão sistematizadas no Quadro I, a seguir.

Quadro I: Atividades desenvolvidas pelo Serviço Social da Instituição

Atividades executadas no CAPS AD pelo Serviço Social	Atividades executadas no CAPS AD de forma interdisciplinar (Serviço Social e demais funcionários)
1- Fortalecimento dos vínculos familiares, que pode ocorrer nos atendimentos individuais, em oficinas, ou tentando localizar as famílias quando os laços já estavam rompidos.	1- Assembleia dos usuários, com a participação dos usuários e alguns técnicos. 2- Participação em reunião com a equipe profissional para discutir sobre os acompanhamentos, sobre as oficinas e debater sobre o processo terapêutico dos usuários.
2- Atendimento individual com a realização do registro, mensalmente, para uma análise semestral que é encaminhada para a diretoria (sistema da unidade).	3- Plantão de atendimento executado por todos os profissionais para acompanhamento.
3- Articulações com as outras instituições da rede.	4- Capacitação na área (CAPS AD) em outras cidades do Estado; Capacitação de outras instituições referente à de Redução de Danos.
4- Elaboração e desenvolvimento de oficinas;	5- Relação ou contato com as outras instituições da rede.
5 – Encaminhamentos para emissão de documentos pelos serviços gratuitos.	6- Atividade de suporte em rede com outras unidades no território.
6 – Orientações para a habilitação de benefícios da Previdência Social e da Assistência Social.	

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Diante dos dados coletados, é possível introduzir esse debate, partindo de um estudo sobre os fatores condicionantes que limitam ou que marcam as respostas desenvolvidas pelo Serviço Social às demandas institucionais.

Diante da vivência do estágio foi possível destacar que as atividades do trabalho profissional eram reduzidas e burocratizadas por determinadas ações na instituição, apesar do profissional desenvolver respostas coerentes com o projeto ético-político para as suas demandas, suas ações encontravam limites internos e externos ao serviço, como ausência de recursos para expansão de suas estratégias e pela dificuldade do trabalho em rede, causada pela precarização dos serviços públicos, já discutida e apontada em reflexão supramencionada. Como exemplo, observou-se que as principais demandas do Serviço Social eram para encaminhamentos e retirada de documentos, pois uma parcela dos usuários do serviço se encontra em situação de rua, isto resulta na perda e danificação de documentos.

Os atendimentos individuais, de caráter socioassistenciais, que eram direcionados como demandas para o Serviço Social, respondiam as necessidades de orientações acerca dos benefícios da Previdência ou Assistência Social. Entretanto, na grande maioria das atividades, desenvolvia-se o trabalho como técnico de referência que tem como responsabilidade dá um suporte terapêutico para determinados usuários do serviço.

Nesse sentido, chama-se a atenção para o fato de que não havia uma clareza na instituição sobre o papel do Serviço Social na equipe profissional, assim como para os usuários. De acordo com o CEFSS (2010), o trabalho profissional do Serviço Social, inserido

nos serviços de promoção da política de saúde mental, deve promover ferramentas para que a Reforma Psiquiátrica alcance seu objetivo, já que é um movimento que ainda está se desenvolvendo através de atividades como: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional.

Segundo Faleiros (1997:59), para compreender a relação entre a instituição e o trabalho profissional, deve partir de uma compreensão sobre o contexto de produção e reprodução dos serviços e profissões inseridos na sociedade capitalista. Diante desse posicionamento, o autor elucida que as instituições, de acordo com a análise marxista, são estruturas de reprodução da força de trabalho imediata ou mediata para o capital e sua imposição política.

As principais ações, desenvolvidas pelo Serviço Social no CAPs AD estudado, ocorriam a partir dos atendimentos individuais que eram solicitados pelos usuários de forma autônoma, ou encaminhado pelos demais profissionais. Nessa abordagem ocupacional, o profissional tinha como objetivo a promoção e o direcionamento para o acesso aos direitos sociais, visando cumprir as medidas estabelecidas no Código de Ética Profissional. Nesse marco, o art. 8º do citado Código estabelece que o Serviço Social deve empenhar em suas ações a viabilização dos direitos sociais dos/as usuários, fornecendo um esclarecimento sobre os programas e políticas sociais. Entretanto, as principais demandas apresentadas ou encaminhadas se tratavam de encaminhamentos dos usuários para a retirada de documentos que ocupava a maioria do tempo de trabalho profissional, impactando na redução do potencial crítico e amplo que as atividades profissionais podem desenvolver.

No que concerne à inserção do trabalho profissional em processos de trabalho, de acordo com a Portaria/GM Nº 336, de 19/02/2002, que dispõe sobre a organização do trabalho nos CAPs AD, o processo terapêutico deve ser elaborado e aplicado com um caráter interdisciplinar em que todos os profissionais devem contribuir para sua efetivação. Dessa forma, o usuário deve ser acolhido por todas as áreas de especialização existentes no serviço, assim como compreender o papel de cada profissional em seu cuidado. Segundo Sampaio (2002):

Na interdisciplinaridade, teríamos uma relação de reciprocidade, de mutualidade, um regime de co-propriedade, possibilitando o diálogo, onde as diversas disciplinas levam a uma interação, a uma intersubjetividade, condição para a efetivação do trabalho interdisciplinar. (SAMPAIO et al., 2002, p. 83)

Partindo da análise sobre o trabalho interdisciplinar, compreende-se que as estratégias

elaboradas na instituição, onde houve a experiência de estágio, construía um esforço para o compartilhamento dos conhecimentos específicos de cada profissional, porém, foi possível constatar que não ocorria a interação do trabalho profissional do Serviço Social com as outras especificidades. Acrescenta-se a tal observação o fato da Instituição compreender o trabalho profissional de forma reduzida, sem avanço para abordagens mais coletivas.

Destarte, diante desta experiência de estágio, constatou-se que o cenário neoliberal, a precarização da política e dos serviços que a delinea, bem como as condições de trabalho e a percepção da Instituição acerca do trabalho profissional, são condicionantes externos que não podem deixar de ser considerados mesmo quando o objeto de estudo é a instrumentalidade profissional. Neste campo de análise, o resultado da pesquisa demonstrou que tais fatores externos e macroestruturais foram determinantes para as atividades profissionais.

A instrumentalidade parte da decisão do trabalho do Serviço Social, no qual esse profissional a constrói mediante uma análise crítica sobre os objetivos e fins de suas ações. Portanto é um processo que ocorre a partir da submissão das demandas apresentadas em seu cotidiano, ou seja, uma análise que busca compreender tanto o indivíduo como a sua pluralidade, inserido em um contexto histórico, político econômico e social, ou seja, realizando um processo de mediação social.

Após o processo de análise das demandas pelo profissional, é que ocorre o percurso de decisão, ou melhor, o caminho que é traçado para atender as necessidades de seus usuários. É nesse decurso para as decisões onde se apresenta a capacidade teleológica, a criatividade diante do limite e das possibilidades institucionais, bem como a política a qual esse trabalho está inserido. Dessa forma, foram observados tanto elementos condicionantes externos como internos para a realização do trabalho profissional do Serviço Social. Quando o profissional do Serviço Social constrói esse processo teleológico, de projetar seu trabalho, analisando a finalidade e objetivos para então elaborar os meios, esse profissional está exercendo a instrumentalidade em seu trabalho.

As respostas desenvolvidas pelo trabalho do Serviço Social no CAPs AD em estudo, eram coerentes com as demandas apresentadas pelos usuários, assim como construía caminhos e estratégias no sentido de atender o projeto ético-político da profissão, pois atendia os indivíduos construindo mediações, compreendendo os contextos das relações sociais, das relações familiares e suas vulnerabilidades na sociedade capitalista.

Desta forma é possível afirmar que seu trabalho portava uma instrumentalidade fomentada pela racionalidade crítica-dialética que lhe possibilitava compreender perspectivas

críticas de ação, assim como, os limites que impossibilitavam o desenvolvimento de atividades coerentes com as necessidades dos usuários.

Partindo de uma reflexão sobre atividades postas para análise, e das respostas fomentadas ou esperadas pelo trabalho do Serviço Social nessa instituição, constatou-se que o trabalho profissional sofreu um processo de burocratização, conforme supracitado, que segundo Faleiros (1997), ocorre quando as instituições se burocratizam, ou seja, elaboram um processo de normatização das atividades. Portanto, essa organização não viabilizou ou possibilitou a concretização da amplitude que o trabalho do Serviço Social possui para fomentar estratégias críticas direcionadas ao projeto ético-político profissional. Nesse sentido, os condicionantes externos foram mais expressivos e impactantes para o insucesso das atividades profissionais do que a própria instrumentalidade que, por sua vez, expressou-se com abordagens e reflexões críticas e fundamentadas no referencial teórico-metodológico da tradição marxista. Diante da realidade estudada, observou-se uma necessidade de viabilizar a construção e implementação de um projeto profissional na instituição, pois há uma urgência em esclarecer o papel do Serviço Social na Instituição. Segundo Couto (2009), o projeto profissional não tem apenas o objetivo de situar quais são as atividades que o profissional deve cumprir, trata-se de reconhecer o compromisso desse trabalhador inserido em uma relação de trabalho que se efetiva de forma coletiva diante das necessidades sociais.

Com isso, a ausência da clareza sobre o trabalho profissional do Serviço Social na unidade CAPs AD gera uma fragilidade no trabalho interdisciplinar. O projeto profissional “é um importante instrumento para o trabalho com outros profissionais, quando houver, e também de balizamento do entendimento da profissão pela instituição que contrata” (COUTO, 2009, p.3). Portanto, o projeto de trabalho deve compor as normas que regulamentam a Instituição, estando presente nas negociações, elaborações dos projetos, atividade propostas pela instituição, neste caso no CAPs AD.

A instrumentalidade como capacidade de decisão do trabalho do Serviço Social, fundamentada pela racionalidade crítico-dialética proporciona ao profissional a construção de um projeto de trabalho que compreenda as barreiras e limites postos no cotidiano de ações. Desta forma, a instrumentalidade que, segundo Guerra (2009), pode ser compreendida como o elemento que consolida a natureza do Serviço Social, possibilita ao profissional a compreensão das teorias macroestruturais para a objetivação de ações competentes, elaboradas através da articulação ético-política, pedagógica e intelectual exercida pela Assistente Social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo discutir um elemento pouco debatido na literatura do Serviço Social que é a instrumentalidade, assim como buscou compreendê-la no trabalho profissional do Serviço Social de uma unidade de promoção ao cuidado de pessoas usuárias ou dependentes de substâncias psicoativas, em um CAPs AD, em Salvador - Bahia.

Diante disso, foi possível concluir que a instrumentalidade apresentada no trabalho do Serviço Social na instituição estudada expressou abordagens amparadas no referencial reflexivo-crítico que busca compreender o porquê das ações, e analisar para quem suas estratégias serão direcionadas e quais serão os impactos que seu trabalho irão produzir no plano imediato. Porém, foi reconhecido que seu trabalho é limitado pelas condições objetivas que permeiam seu campo institucional. Nestes termos, sua instrumentalidade está permeada por uma racionalidade crítico-dialética, e se depara com uma instituição que, apesar de estar inserida em uma política que rompe com determinadas ações conservadoras em relação ao cuidado de seus usuários, ainda há vestígios de um paradigma racional formal- abstrato, assim como, possui sua rede, seu serviço precarizado pela falta de recursos para a construção de um trabalho coerente com as estratégias postas pela Política de Saúde Mental.

Dessa forma, é possível concluir que o potencial criativo da instrumentalidade no trabalho profissional do Serviço Social possibilita a concretização de intervenções críticas, mesmo diante dos limites macroestruturais e institucionais. Entretanto, não se perde de vista que esse profissional está inserido em processos de trabalho, distintos, complexos, marcados por um paradigma que delimita as ações dos trabalhadores, assim como a das assistentes sociais, e que, portanto, não são as ações do profissional que são equivocadas, que não correspondem à realidade de seus usuários, e sim, elas resultam de limitações que estão além desse profissional – sem restringir seu momento revolucionário e criador.

Portanto a instrumentalidade no trabalho do Serviço Social possibilita compreender as racionalidades existentes nas estratégias providas pelo trabalho do Serviço Social nos espaços ocupacionais. Portanto, se ela é constituída numa racionalidade formal-abstrata, o Serviço Social poderá desenvolver ações tecnicistas, reprodutoras de uma lógica social, assistencialista. Contudo, é inexorável a necessidade de analisar o contexto e os processos nos quais estão inseridos os profissionais para compreender os limites e possibilidades do trabalho profissional. Nesse sentido, seu trabalho está condicionado pela sociedade capitalista, e, portanto, há fatores externos que impactam na operacionalização do projeto ético-político

professional.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE; P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BARROCO, L. S; TERRA, S. H; CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social: Comentado**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- BRASIL, Brasília, Congresso. Lei nº 10.216 / 2001, de 06 de abril de 2001.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde mental no Sus: os centros de atenção psicossocial**. Brasília. 2004.
- BRASIL, Brasília, Ministério da Saúde. Portaria nº 336 , de 19 de fevereiro de 2002.
- _____, Portaria SAS nº 224 / 1992, de 29 de janeiro de 1992.
- CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CHAGAS, E. F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Revista Síntese: Belo Horizonte**, v. 2, n. 120, p. 55-70, 2011.
- CHARLES, T. de S. A prática do assistente social: conhecendo, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação: Ponta Grossa**, v. 8, n.1, p. 119-132, 2008.
- CFESS. **Em questão: atribuições privativas do assistente social**. Brasília, DF; CFESS, 2002.
- _____. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de saúde**. Brasília, DF; CFESS, 2010.
- COUTO, B. R. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. CFESS e ABEPSS: Brasília, DF, 2009.
- GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais: O trabalho do assistente social e as políticas de sociais**. Brasília: CFESS-ABEPSS – CEAD/NED-Unb, 2000. p. 52-63. Módulo 4.
- FALEIROS, V. de P. **Saber Profissional e Poder Institucional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GONÇALVES, L. M. R. **Saúde Mental e Trabalho Social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- IAMAMOTO, M.V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JUNIOR, R. P. F.; LARA, R. **Trabalho e Ser Social**: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético - Político Profissional. Porto Alegre: Texto & Contexto, 2015.

LÜCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J. **O movimento antimanicomial no Brasil**. Florianópolis: Ciências & Saúde Coletiva, 2007.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura Militar e Serviço Social**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIM, J. S. **O que é o Sus**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SAMPAIO, C. C. et al. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, J. et al. Intervenções da saúde mental para dependentes de álcool e outras drogas: Das políticas à prática cotidiana. **Texto Contexto Enfermagem**: Florianópolis, v. 21, n. 4, p. 128-38, 2012.

VASCONCELOS, E. M. **Saúde Mental e Serviço Social**: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.